

Comunidades ribeirinhas contestam início de dragagem no Rio Amazonas, em Juruti, e cobram estudos ambientais

Category: AMAZÔNIA, GERAL, MEIO AMBIENTE

escrito por Maria Luiza | 10 de julho de 2026



Segundo a CDID, a informação sobre o início da dragagem foi repassada pela Alcoa e contraria o posicionamento das comunidades, que defendem o adiamento da operação. A coordenação afirma ainda que um termo de acordo previa que as comunidades deveriam ser comunicadas com seis meses de antecedência antes do início dos trabalhos.

Outro ponto levantado pela entidade é a forma como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) pretende realizar uma vistoria na área. De acordo com a CDID, a inspeção não prevê a coleta de dados ambientais e sociais anteriores à dragagem, o que, na avaliação da coordenação, inviabilizaria comparações técnicas para medir possíveis impactos da retirada de sedimentos do leito do Rio Amazonas.

A coordenação também informou que não concorda com a realização da dragagem antes da apresentação, pela Semas, dos resultados dos estudos técnicos previstos para as fases anterior, durante e posterior à intervenção. A entidade declarou ainda repúdio ao licenciamento ambiental concedido

pelo órgão estadual, alegando ausência de respaldo técnico e social suficiente para autorizar a atividade.

MPF acompanha o caso e pede anulação da autorização

O Ministério Público Federal (MPF) informou que acompanha as atividades de dragagem por meio do Inquérito Civil nº 1.23.002.000816/2025-20. Segundo o órgão, a atuação é motivada pelo fato de o Rio Amazonas ser um bem da União e pelos impactos que a atividade industrial pode causar aos povos e comunidades tradicionais.

De acordo com o MPF, após vistorias técnicas e nove reuniões realizadas com comunidades ribeirinhas e indígenas em novembro de 2025, foram identificados impactos socioambientais considerados graves, como contaminação da água utilizada para consumo, redução da quantidade de pescado, assoreamento de igarapés e perda de áreas destinadas à agricultura e à criação de animais.

Com base nesses levantamentos, o órgão expediu a Recomendação nº 03/2026, na qual pede mudanças no processo de licenciamento ambiental.

Segundo o MPF, as dragagens foram autorizadas pela Semas com base em estudos simplificados – Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA) – considerados insuficientes para a dimensão da intervenção.

O Ministério Público sustenta que, embora a atividade tenha sido apresentada como uma dragagem de manutenção, houve aprofundamento e alargamento do canal de navegação, situação que exigiria a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), além de um Estudo de Impacto Climático (EIC), documentos que, segundo o órgão, ainda não foram apresentados.

O MPF informou ainda que existe uma autorização ambiental vigente emitida pela Semas (AU nº 5882/2025), válida até junho de 2027, permitindo a retirada de até 7 milhões de metros cúbicos de sedimentos. Entretanto, o órgão recomendou a anulação imediata da autorização por entender que ela foi concedida sem a avaliação dos impactos cumulativos das dragagens realizadas em anos anteriores.

Sobre o anúncio do início dos serviços neste mês de julho, o MPF informou que oficiou a Alcoa para esclarecer o cronograma da operação, uma vez que, anteriormente, a empresa havia informado que não retomaria a dragagem antes de agosto de 2026. O Ministério Público reafirma que a continuidade da atividade sem os estudos ambientais considerados necessários viola os princípios da precaução e da prevenção ambiental.

Prefeitura diz que acompanha o processo

Procurada pela reportagem da TV Tapajós, a Prefeitura de Juruti, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), informou que acompanha o processo dentro das atribuições do órgão municipal e mantém diálogo com a Semas, a empresa responsável, órgãos de controle e comunidades potencialmente afetadas.

A secretaria destacou que o licenciamento ambiental da dragagem é de competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, responsável pela análise da documentação técnica, pelo cumprimento das condicionantes e pela emissão das autorizações necessárias.

A Semma informou ainda que acompanha a execução dos programas de monitoramento ambiental previstos no processo de licenciamento, especialmente os relacionados à qualidade da água.

O que diz a Alcoa

Em nota, a Alcoa afirmou que a dragagem no Rio Amazonas está sendo realizada em conformidade com a legislação e possui as licenças emitidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, além de atender às demais normas regulatórias vigentes.

A empresa informou que mantém monitoramentos dos meios físico, biótico e socioeconômico e executa programas ambientais destinados à mitigação de possíveis impactos da atividade.

A mineradora também declarou que sua atuação é pautada pelo respeito aos territórios, pelo relacionamento contínuo com as comunidades locais e pela transparência junto aos órgãos competentes, acrescentando que seguirá cumprindo seus compromissos socioambientais.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
10/07/2026/07:28:22

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do](#)

Progresso

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:55519984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:55519984046835) (Claro)

-Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

[Cassinos no exterior: mudanças positivas e lições para o Brasil](#)